

## Programas Sociais bem Sucedidos

As políticas no Brasil nem sempre representam mero auxílio emergencial paternalista. Há casos de iniciativas que tem contribuído para o desenvolvimento do potencial produtivo das pessoas mais pobres. Programas públicos de treinamento para uma ocupação de trabalho aliam-se a importantes ações com vistas a estimular, via crédito rural ao agricultor familiar. Neste último caso, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que há mais de dez anos vem apoiando o pequeno agricultor familiar com crédito subsidiado de custeio e de investimento, com ações em infraestrutura, programas de treinamento e de capacitação, ações específicas para jovens e mulheres que trabalham no campo e outros benefícios. Hoje em dia, o Pronaf desembolsa anualmente mais de cinco bilhões de reais em crédito, apoia milhões de trabalhadores rurais e constitui u exemplo de invenção bem sucedida para o desenvolvimento do pobre rural.

O Pronaf apresenta uma organização e uma história que pode servir de modelo a outros programas de intervenção pública par o combate à pobreza. Ele foi criado pelo governo anterior e se manteve neste atual governo. Ou seja, houve uma continuidade de política de governo que se transformou em política de Estado, ultrapassando os marcos da gestão do mesmo grupo político. Então a primeira lição desse programa é o exemplo de uma política que se consolida como política que se consolida como política que se consolida como política de Estado: a iniciativa se manteve com um mínimo de mudanças em sua forma de organização. Outra lição do Pronaf: o programa é dirigido a um público específico. O público do Pronaf deve ser comprovadamente de agricultores familiares definido por critérios objetivos (por exemplo, o familiar não deve ter trabalhadores contratados em caráter permanentemente). Ademais, o público de agricultores está dividido em categorias, em função dos níveis de renda anual: há linhas de crédito específicas para os mais pobres e outras linhas para rurais com maior renda média anual. Uma terceira lição: o programa é descentralizado. Embora de iniciativa do governo federal e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento agrário, ele é supervisionado por conselhos estaduais e municipais; conta ainda com o apoio dos prefeitos e de políticos locais, utiliza o pessoal de uma rede de bancos e é monitorado por entidades sociais como organizações não governamentais (Ongs), sindicatos rurais, representantes de comunidades e pessoal ligado a agências internacionais de desenvolvimento.

Este último aspecto evidencia um fato importante: nem todos os programas sociais devem estar centralizados no governo federal. De fato, na experiência histórica do Brasil, outras esferas do governo têm tido um importante papel nas políticas sociais. Há diversos programas municipais e estaduais de superação da pobreza e da exclusão social. Então, ao lado do governo federal devemos reconhecer que os Estados e municípios também vem se mobilizando para o enfrentamento da pobreza. É evidente que em um país imenso como o Brasil não se deve prescindir da cooperação destas esferas de poder nas políticas sociais. A própria Constituição Federal de 1988 é extremamente descentralizadora e reconhece a importância de se respeitar a Federação e o protagonismo dos Estados e municípios para efeito das ações sócias do governo central. Não apenas o Pronaf, as chamadas políticas sociais de transferência de renda, como o Bolsa - Família, também tem contado com participação vital dos entes federados: por exemplo, a parceria com Estados e município permitiu a unificação dos cadastros do público potencial do Bolsa Família. O Pronaf também sublinha a importância da participação da chamada sociedade

civil na execução de políticas públicas, modelo que se tem procurado seguir em outros programas. Ao envolvimento dos governos, nas três esferas federal, estadual e municipal, e do conjunto da sociedade, acrescenta-se também a importância da participação da comunidade internacional. As agências internacionais de desenvolvimento não contribuem apenas com recursos financeiros, mas também com sua experiência em muitos países pobres no envolvimento com políticas compensatórias a situações de vulnerabilidade social vivida por muitos.

O Brasil não precisa de ajuda externa para combater a pobreza. O país pertence a um grupo de nações de renda média em condições de financiar, com recursos próprios seus principais programas sociais. Na verdade, a tendência do Brasil é a de se tornar um país doador de recursos a países de renda menor que a sua. Além de contribuições financeiras, o país também oferecia tecnologia e treinamento técnico a outras nações. Exemplificando, a experiência bem sucedida na produção e distribuição de medicamentos a pacientes com vírus do HIV tem sido estendida a países africanos com o apoio do Brasil. No entanto, mesmo que não deva depender de recursos externos para seus programas de desenvolvimento humano, o país pode se valer da ajuda e do aporte de recursos financeiros em casos específicos, desde que as iniciativas sociais sejam eficientes e transparentes. Bons projetos de desenvolvimento, pautados em políticas específicas para favorecer determinado grupo, dificilmente deixariam de ter apoio internacional. Porém, a instituição internacional necessita acreditar no projeto, e precisa-se tranquilizar os doadores externos de que seu dinheiro será bem empregado e irá favorecer realmente os que necessitam do recurso no contexto da estratégia específica do programa. O potencial de mobilização da comunidade mundial para a solução de problemas emergenciais de pobreza no Brasil não deve ser desprezado, mas ela necessita certificar-se de que o dinheiro oferecido chegará ao destino e realmente ajudará a quem necessita.

Excluindo-se os gastos de custeio e de pessoal, os dois itens que consome em quase todo o orçamento federal são o serviço da dívida e o chamado gasto social. Com isso, sobra pouco para o investimento público. E sabemos da teoria do desenvolvimento econômico, a importância do investimento para o crescimento econômico. O investimento do setor privado é fundamental em qualquer estratégia de crescimento, entretanto, enquanto o setor público no Brasil estiver abocanhado quase 40% do PIB em impostos e operações financeiras, o país dificilmente crescerá muita coisa sem a contribuição do investimento público. Felizmente a dívida pública não é eterna, pelo menos não deve se estabilizar no nível em que se encontra. Necessita-se levar a cabo o ajuste que for necessário para reduzi-la a cerca de metade do nível atual, ou até menos que isso. As condições de financiamento da dívida também melhorarão com a queda dos juros. Então o peso da dívida no orçamento público possui um caráter transitório. Também as políticas sociais devem ser transitórias. Este é um diagnóstico mais polêmico e requer maiores explicações.